

RELATO FINANCEIRO

2023

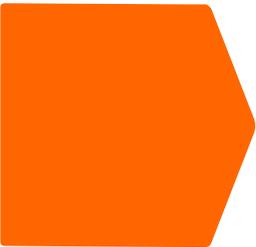
Fundo de Pensões Aberto BPI Segurança



ÍNDICE

RELATO FINANCEIRO

Relatório de Gestão	3
Introdução.....	4
Conjuntura Económica e Financeira	6
Investimentos.....	10
Cobertura das Responsabilidades	21
Demonstrações Financeiras.....	22
Demonstração da Posição Financeira	23
Demonstração de Resultados.....	23
Demonstração de Fluxos de Caixa	24
Notas às Demonstrações Financeiras.....	25



RELATÓRIO DE GESTÃO



INTRODUÇÃO

RELATO FINANCEIRO

ENQUADRAMENTO

- O Artigo 152.º da Lei n.º 27/2020, de 23 de julho, determina que anualmente deve ser elaborado um relatório e contas para cada Fundo de Pensões, reportado a 31 de dezembro de cada exercício, o qual deve refletir de forma verdadeira e apropriada o ativo, as responsabilidades e a situação financeira do Fundo.
- A Norma Regulamentar n.º 7/2010-R, de 4 de junho, na perspetiva do funcionamento eficiente do mercado de fundos de pensões, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões define um regime global relativo ao relato financeiro aplicável aos fundos de pensões.

Fundo de Pensões Aberto BPI Segurança

- O Fundo de Pensões Aberto BPI Segurança financia planos de pensões de benefício definido, de contribuição definida e mistos.
- Em abril de 2023 foi alterado o Regulamento de Gestão do Fundo de Pensões Aberto BPI Segurança, destacando-se a alteração da política de investimentos e a introdução de um limite máximo da comissão do Banco Depositário.
- Em 31 de dezembro de 2023, o valor total da carteira do Fundo de Pensões Aberto BPI Segurança ascendia a 192 345 285 euros.



INTRODUÇÃO

RELATO FINANCEIRO

Fundo de Pensões Aberto BPI Segurança

No decorrer do ano foram registados os seguintes movimentos:

	(valores em euro)
Valor do fundo em 31-12-2022	172 866 147
Contribuições	24 082 171
Benefícios Pagos	(15 169 913)
Transferências	-
Prémios de Seguros	-
Rendimento Líquido	10 566 880
Valor do fundo em 31-12-2023	192 345 285

CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

RELATO FINANCEIRO

EUA

A economia norte-americana revelou uma enorme robustez em 2023: apesar do ritmo acentuado de subidas de taxas de juro por parte da Reserva Federal (num total de 525 p.b. desde fevereiro 2022, e atualmente no intervalo 5,25%-5,50%), o PIB terá aumentado em torno dos 2,0% no conjunto do ano, uma ligeira aceleração face aos 1,9% de 2022. Apesar de, nos primeiros três trimestres do ano, não terem sido ainda visíveis os impactos da política monetária restritiva, um facto explicado pelo dinamismo do consumo privado (suportado pelas poupanças e beneficiando de um mercado de trabalho bastante robusto), os últimos meses de 2023 apontavam já para um abrandamento da economia, um arrefecimento que se pode alastrar para a primeira metade de 2024. Esta postura mais restritiva da política monetária permitiu encaminhar a taxa de inflação para níveis mais próximos do objetivo de 2% (acima dos 3,0% no final de 2023), ainda que esta desaceleração deva acontecer de forma gradual e progressiva, destacando-se o comportamento mais rígido da componente subjacente (que, em dezembro, ainda se encontrava perto dos 4,0%).

A redução das pressões inflacionistas nos EUA, visível em vários indicadores (como os inquéritos às empresas) e juntamente com a expectativa de que a orientação restritiva da política monetária deverá intensificar os seus efeitos sobre a atividade e o mercado de trabalho nos próximos trimestres, contribuirá para colocar a taxa de inflação nos 2% de forma sustentada em algum momento de 2024 e, embora o processo não seja isento de alguns riscos, incentivará a Fed a normalizar a política monetária em meados do ano. Ainda assim, os efeitos desfasados da política monetária restritiva sentir-se-ão ainda em 2024, contribuindo para uma desaceleração acentuada da economia, para 0,8%. Com a desaceleração da economia e o controlo da inflação, a Fed deverá reduzir as taxas, com os membros do FOMC a apontarem para uma descida de 75 p.b. em 2024, colocando o intervalo de taxas oficiais em 4,50%-4,75% no final do ano.

CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

RELATO FINANCEIRO

Zona Euro

A performance na área do euro contrabalança com o dinamismo da economia norte-americana. De facto, o aumento do custo de vida (com a inflação claramente acima dos 2%), a fraca procura externa e as condições financeiras restritivas, a par de problemas de índole doméstica (por exemplo, no caso da Alemanha, salienta-se a elevada intensidade energética da sua indústria e a necessidade de adaptação a um novo contexto de guerra na Ucrânia, ou a concorrência do sector automóvel chinês), contribuíram para um débil crescimento da economia da Zona Euro (PIB deverá aumentar em torno de 0,5% em 2023). Perante este contexto de abrandamento económico, a inflação reduziu ao longo do ano, mas terminou 2023 ainda acima do objetivo dos 2% (a global fixou-se perto dos 3%). Perante este comportamento, e depois de ter aumentado as taxas de juro de política monetária em 450 p.b. desde julho 2022, o BCE atingiu o pico do ciclo de subidas (depo em 4,0% e refi em 4,50%) na segunda metade do ano, reiterando a visão de uma política monetária restritiva durante um “período suficientemente longo” e a adoção de outras medidas de política monetária (como o fim dos reinvestimentos do PEPP, anunciado até final de 2024).

As perspetivas de crescimento para a Zona Euro são bastante fracas (quase não crescerá até ao segundo trimestre de 2024) e os riscos estão claramente concentrados no lado negativo. O sector industrial continuará a ser particularmente afetado pela necessidade de reorientar os processos produtivos num contexto de transição climática e procura por novas fontes energéticas, o que afeta particularmente as indústrias de elevada intensidade energética (no caso da Alemanha, este setor regista ainda uma produção 17% inferior à de antes da guerra na Ucrânia); e a forte subida das taxas de juro implementada pelo BCE nos últimos meses ainda não se repercutiu na atividade. Por conseguinte, esperamos que a economia da Zona Euro acelere apenas ligeiramente, mantendo-se um crescimento muito residual (de cerca de 0,7% em 2024), refletindo ainda o impacto das condições financeiras restritivas e o nível de crescimento de preços (ainda acima dos 2%). As perspetivas de crescimento continuam rodeadas de riscos predominantemente negativos (maior impacto do endurecimento da política monetária, arrefecimento da economia mundial, esgotamento do impulso do sector dos serviços no pós-pandemia, alterações produtivas por via da necessidade de prosseguir com a transição climática, questões de geopolítica), com o principal fator de influência positivo a ser a implementação do programa NGEU.



CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

RELATO FINANCEIRO

Portugal

A economia portuguesa acabou por surpreender em 2023, ainda que a trajetória tenha sido de mais para menos. O crescimento da atividade no 1T 2023 foi robusto (o PIB cresceu 1,5% em cadeia) e a força deste dado afetou “mecanicamente” o resto do ano. Um mercado de trabalho forte (com o emprego a crescer ainda em torno dos 2%), aliado a uma recuperação parcial dos rendimentos reais das famílias, juntamente com uma vertente externa dinâmica (o setor do turismo registou níveis recorde) terão permitido este ano um crescimento acima de 2%. Contudo, não esqueçamos que por detrás deste número está uma tendência decrescente, atestada pelos registos modestos nos mais recentes indicadores disponíveis. Por exemplo, o PIB no 3T contraiu face ao 2T, colocando o crescimento médio trimestral até setembro em 0,5%. O efeito da política monetária, o arrefecimento do sector dos serviços no pós-verão e os efeitos de base contribuíram para colocar a taxa de inflação abaixo dos 2% no final do ano, ainda que o processo de desaceleração da componente subjacente seja mais demorado. A balança corrente terá registado um excedente, beneficiando da melhoria do défice da balança energética e do excedente da balança de serviços (turísticos e não turísticos). Por sua vez, as contas públicas deverão registar mais uma surpresa positiva: o saldo orçamental deverá terminar o ano em terreno positivo e próximo de 1% do PIB, um desempenho suportado pelo crescimento expressivo da receita fiscal e contributiva. Estes resultados, a par da trajetória de redução do rácio de dívida pública (que deverá ter caído em torno de 10 p.p. para níveis próximos de 100% do PIB), contribuíram para a melhoria do rating da República, atualmente classificado como “A3”/“A-” por parte das principais agências de rating, e da redução do prémio de risco para níveis em torno dos 60 p.b.

2024 trará uma desaceleração da economia portuguesa, com a primeira metade do ano a ser particularmente penalizada com o pleno impacto dos elevados custos de financiamento (ainda que em trajetória decrescente); o seu alívio só se fará sentir no segundo semestre. Neste contexto, a par de um cenário de praticamente estabilização do emprego, o consumo privado irá reduzir o seu contributo para o crescimento da economia. Tal como Portugal, também as outras economias da Zona Euro, entre as quais se encontram os principais parceiros comerciais de Portugal, irão sofrer o impacto das (ainda) elevadas taxas de juro, o que se traduzirá num crescimento mais moderado das exportações portuguesas. Em sentido positivo deverá comportar-se o investimento, onde é esperada uma aceleração com a receção dos fundos europeus (ainda que atenuado pelos custos de financiamento, que permanecerão elevados). Os efeitos do abrandamento da atividade económica deverão fazer-se sentir no mercado de trabalho (com o impacto a ser atenuado pela escassez de mão-de-obra em determinados sectores de atividade) e nas contas públicas, onde o saldo orçamental deverá continuar ligeiramente excedentário; por sua vez, o rácio de dívida pública deverá prosseguir

a sua trajetória descendente para níveis mais próximos dos 90% do PIB, o que não acontecia desde 2010. Os riscos estão enviesados em sentido negativo, destacando-se os relacionados com as questões geopolíticas (com impacto nos preços das commodities e, conseqüentemente, na evolução da taxa de inflação e na própria política monetária na área do euro), a performance económica nos principais parceiros comerciais, a fraca implementação dos fundos europeus e a incerteza política decorrente das eleições antecipadas de março.

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Política de Investimentos

De acordo com a política de investimentos estabelecida no Regulamento de Gestão do Fundo de Pensões, as grandes linhas quanto às aplicações financeiras são as seguintes:

Classe de Ativos	Limite Mínimo	Valor Central	Limite Máximo	Benchmark
Ações	0.0%	10.0%	20.0%	
Europa		6.0%		MSCI Europe Net Total Return EUR Index
Estados Unidos América		4.0%		S&P 500 Net Total Return Index
Obrigações	40.0%	70.0%	100.0%	
Dívida Pública Zona Euro		42.0%		Bloomberg Barclays Euro-Aggregate Treasury Index
Dívida Privada Zona Euro		28.0%		Bloomberg Barclays Euro-Aggregate Corporates Index
Mercados Emergentes	0.0%	0.0%	10.0%	
Alternativos	0.0%	15.0%	20.0%	Euribor 3 meses
Liquidez	0.0%	5.0%	20.0%	Euribor 3 meses

A política de investimentos cumpre com os requisitos do artigo 4.º da Norma Regulamentar n.º 9/2007-R, de 28 de junho.



INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Política de Investimentos

Investimento Responsável e Sustentável

A BPI Vida e Pensões adota uma política de investimento responsável, garantindo assim, que toma em consideração os possíveis riscos e impactos Ambientais, Sociais e de Governo das Sociedades (ASG) no seu processo de investimento e que contribui para a sustentabilidade do mercado no longo prazo sem alterar o objetivo do Fundo de Pensões.

Para integrar estes princípios na prossecução de um objetivo global, a BPI Vida e Pensões tornou-se signatária dos Princípios de Investimento Responsável das Nações Unidas (UN PRI), fazendo parte de um conjunto de investidores globais que têm um compromisso público de curto prazo de implementar e promover práticas de investimento responsáveis (<https://www.unpri.org/about>).

De uma forma geral, a BPI Vida e Pensões manifesta-se contra o investimento em empresas ou Estados que levem a cabo práticas condenáveis ou que violem tratados internacionais, como o Pacto Global das Nações Unidas, do qual é signatária.

A Companhia possui uma Política de Relação com o Setor da Defesa, na qual define restrições ao investimento em empresas ligadas à produção de material de defesa, e uma Política de Gestão de Risco Ambiental, que define exclusões setoriais aplicadas aos investimentos realizados diretamente pela Companhia com o objetivo de reduzir a sua exposição aos riscos ambientais e, em particular, aos riscos físicos e de transição.

Na eventualidade de uma entidade não cumprir os requisitos de seleção adotados pela Companhia, a BPI Vida e Pensões adotará uma estratégia que procure que a empresa proceda ao cumprimento dos requisitos violados com a maior brevidade possível, de uma forma compatível com a perspetiva económica de uma gestão razoável e sustentável. A estratégia poderá passar pelo envolvimento com a entidade, por medidas de mitigação dos riscos de sustentabilidade ou mesmo pelo desinvestimento parcial ou total.



INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

A Companhia considera importante o diálogo com as sociedades participadas, pelo que, sempre que se justifique, estabelecerá contacto direto com as mesmas, nomeadamente para transmitir sugestões que se afigurem relevantes sobre qualquer matéria de especial importância ou que reflita especial preocupação. A Companhia poderá também promover o diálogo ativo com as entidades e os gestores de ativos, quer diretamente, quer participando em ações coletivas destinadas a adotar as medidas necessárias à modificação de práticas ou atividades controversas, podendo eventualmente desinvestir em caso de incompatibilidade das atividades exercidas pela entidade.

Com o objetivo de ser um agente ativo na gestão dos seus investimentos e exercer os direitos que daí decorrem, especialmente nos âmbitos definidos pelos UNPRI, a BPI Vida e Pensões:

- Participa direta ou indiretamente em fóruns e grupos de trabalho que visam promover o diálogo com os gestores de ativos e as empresas em que investe, podendo desinvestir em caso de incompatibilidade com os aspetos anteriormente expressos ou com as suas políticas.
- Quando aplicável, e respeitando o disposto na Política de Direito de Voto, exerce os direitos de voto e participa nas assembleias gerais respeitando os objetivos e políticas de investimento e promovendo a valorização sustentável da empresa em que participa.

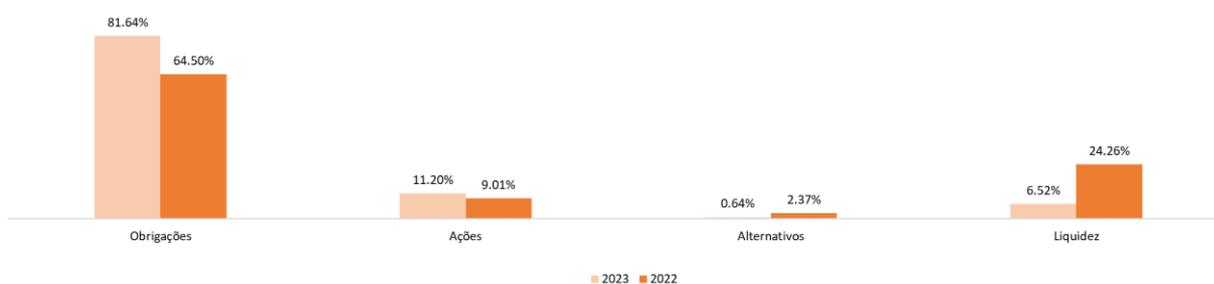
A BPI Vida e Pensões publica no seu site (www.bpividaepensoes.pt) as suas Políticas que, em conjunto, oferecem o enquadramento do modelo de investimento socialmente responsável da Companhia.

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Política de Investimentos

Durante o ano de 2023 as aplicações do Fundo de Pensões sofreram alterações, cumprindo em linha a política de investimento definida, como se pode confirmar no gráfico seguinte:



INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Política de Investimentos

Cumprimento das Regras Prudenciais

O Fundo de Pensões deverá cumprir com os limites de diversificação e dispersão prudenciais das aplicações de investimentos do Fundo de Pensões constantes no artigo 12.º da Norma Regulamentar n.º 9/2007-R, de 28 de junho.

O património do fundo de pensões deverá observar os seguintes limites:

Requisito	Controlo
1. Investimento em valores mobiliários que não se encontrem admitidos à negociação num mercado regulamentado não pode representar mais do que 15%	Cumpre
2. Investimento em unidades de participação de organismos de investimento coletivo não harmonizados não pode representar mais do que 10%	Cumpre
3. Investimento em ativos expressos em moedas distintas daquela em que estão definidas as responsabilidades do fundo de pensões não pode representar mais do que 30%	Cumpre
4. Valor de mercado dos ativos cedidos em operações de empréstimo não pode exceder os 40%	Cumpre
5. Investimento numa mesma sociedade não pode representar mais do que 10%, este limite é de 5%, caso se tratem de investimentos em associados do fundo de pensões ou em sociedades em relação de domínio ou de grupo com esses associados	Cumpre
6. Investimento relativamente a sociedades em relação de domínio ou de grupo entre si ou com a entidade gestora (títulos emitidos, empréstimos concedidos, depósitos em instituições de crédito) não pode representar mais do que 20%, sendo o limite de 10%, caso se tratem de investimentos efetuados no conjunto dos associados do Fundo de Pensões e das sociedades que se encontrem em relação de domínio ou grupo com esses associados	Cumpre
7. Investimento em unidades de participação de um único organismo de investimento coletivo não harmonizado não pode representar mais do que 2%	Cumpre
8. Caso os organismos de investimento coletivo não harmonizado invistam em outros organismos de investimento coletivo não harmonizado, é considerado o investimento em unidades de participação de cada um destes outros organismos, o qual não pode representar mais do que 2%	Cumpre

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Política de Investimentos

Comparação dos Limites de Exposição

No quadro seguinte procedeu-se à comparação dos limites de exposição previstas na política de investimento do Fundo de Pensões Aberto BPI Segurança com a alocação a 31.12.2023:

Ativos	Política de Investimento		Alocação 31.12.2023	Controlo
	Limite Mínimo	Limite Máximo		
Obrigações	40.00%	100.00%	81.64%	Cumpre
Ações	0.00%	20.00%	11.20%	Cumpre
Alternativos	0.00%	20.00%	0.64%	Cumpre
Liquidez	0.00%	20.00%	6.52%	Cumpre

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Política de Investimentos

Análise de Performance

No quadro seguinte apresentam-se as rendibilidades históricas anualizadas do Fundo de Pensões Aberto BPI Segurança com a indicação dos níveis de risco do fundo de pensões no período e as rendibilidades do *benchmark*:

Período	Rentabilidade	Risco	Rentabilidade Benchmark
Nos últimos 5 anos	1.57%	3	1.21%
Nos últimos 3 anos	0.50%	3	0.03%
Nos últimos 12 meses	6.71%	3	7.46%

As rentabilidades apresentadas são anualizadas e brutas de comissões de gestão; representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura, porque o valor do investimento pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco, que varia entre 1 (risco baixo) e 7 (risco elevado).

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Política de Investimentos

Observações

- O cálculo das medidas de rendibilidade tem por base as seguintes fórmulas:

$$\text{Rendibilidade efetiva} = (UP_f / UP_i) - 1$$

Em que, UP_f = Valor da unidade de participação no final do período de referência

UP_i = Valor da unidade de participação no início do período de referência

$$\text{Rendibilidade anualizada} = (1 + \text{rendibilidade efetiva})^{365/n} - 1$$

Em que, n = número de dias do período de referência da rendibilidade efetiva utilizada

- O cálculo das medidas de risco tem por base as seguintes fórmulas:

$$\text{Volatilidade} = \sigma_f = \sqrt{\frac{m}{T-1} \sum_{t=1}^T (r_t - \bar{r})^2}$$

Em que, r_t = rendibilidade efetiva semanal no período t

T = n.º de semanas no período de referência, coincidente com o período utilizado para o cálculo da rendibilidade

\bar{r} = média aritmética simples das rendibilidades efetivas semanais, para o período de referência.

- A classificação do risco tem por base as seguintes fórmulas:

Classe de Risco	Intervalo da Volatilidade	
	Maior ou Igual a	Menor que
1	0.0%	0.5%
2	0.5%	2.0%
3	2.0%	5.0%
4	5.0%	10.0%
5	10.0%	15.0%
6	15.0%	25.0%
7	25.0%	

Baixo Risco			Elevado Risco			
Remuneração potencialmente mais baixa			Remuneração potencialmente mais elevada			
1	2	3	4	5	6	7

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Comentário aos Resultados

O ano de 2023 terminou com um desempenho positivo na generalidade das classes de ativos. Do lado dos ativos de risco verificou-se uma subida dos principais índices acionistas, suportada pela perspectiva do início de corte de taxas de juro, por parte dos diferentes bancos centrais, bem como pelo recuar consistente dos valores da inflação. Do lado dos ativos de taxa fixa, assistimos neste quarto trimestre ao recuar das yields, nos diferentes prazos da curva de rendimentos, o que resultou no desempenho positivo desta classe de ativos em 2023.

Neste período e refletindo também o posicionamento tático adotado, a carteira apresentou uma performance positiva 6.71%, que compara com 7.46% do *benchmark*.

A componente acionista teve um contributo positivo, refletindo o bom desempenho da generalidade dos índices acionistas. Em 2023 o contributo anual da alocação a ações foi de 1.70% abaixo dos 1.88%, registado pelo índice de referência. De notar que ao longo do ano mantivemos um posicionamento defensivo nesta classe de ativos, descontando a possibilidade de um abrandamento económico e o impacto negativo que o mesmo poderia ter nos ativos de risco.

A classe de obrigações de taxa fixa encerrou o ano com um contributo positivo de 4.06%, abaixo do índice de referência que aportou 4.69% em 2023. O posicionamento no primeiro trimestre do ano foi defensivo, com subexposição à classe, bem como menor duração do que o índice de referência. Com o estabilizar dos dados de inflação e alteração do discurso por parte dos Bancos Centrais, alterámos este posicionamento para a neutralidade, quer em alocação, quer em duração, tendo o Fundo beneficiado do recente movimento de descida das yields, em especial nos prazos mais longos. No que concerne às taxas de juro de curto prazo, estas subiram ao longo do ano, tendo a classe de obrigações de taxa variável beneficiado com este movimento, bem como com a compressão de prémios de risco. Em 2023 esta componente teve um contributo para a performance de 0.44%.

Na componente de Investimentos Alternativos e Imobiliário o contributo no trimestre foi 0.06%, pela subexposição que mantemos à classe, que compara com 0.71% registados pelos índices de referência.

A performance da componente de liquidez foi de 0.46% pelo impacto relevante das taxas de juro de curto prazo que compara com 0.17% registado pelo índice de referência.

Sobre os temas de investimento sustentável salientamos o rating ASG de "A" para a carteira de ativos. Os ativos em carteira alinhados com temas de sustentabilidade representavam no final do trimestre aproximadamente 23% do total do fundo.

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Riscos Materiais

De acordo com a composição da carteira do Fundo de Pensões Aberto BPI Segurança, em 31.12.2023, os riscos materiais associados eram:

Risco de Mercado				Risco de Crédito	Risco Imobiliário		Invest. Alternativos
Acções	Obrigações	Câmbio			Directos	Indirectos	
Acções	Taxa de juro	Taxa de câmbio	Cobertura Total				
x	x			x		x	x

Comparativamente com o ano anterior, não se registou qualquer alteração no tipo de riscos a que o fundo de pensões se encontra exposto.



INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Riscos Materiais

Riscos

Risco de Mercado – Incerteza quanto a rentabilidade futura de instrumentos financeiros ou possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de alterações dos preços de mercado dos ativos

- Ações – Perdas decorrentes de alterações de preços de ações
- Taxa de Juro – Perdas decorrentes de alterações de taxas de juro
- Câmbio – Perdas decorrentes de alterações de taxas de câmbio
- Risco de Crédito – Ocorrência de perdas resultante da possibilidade de a contraparte num determinado contrato entrar em incumprimento.

COBERTURA DAS RESPONSABILIDADES

RELATO FINANCEIRO

O nível de cobertura das responsabilidades por serviços passados, em 31.12.2023, encontra-se descrito no quadro seguinte:

(valores em euros)

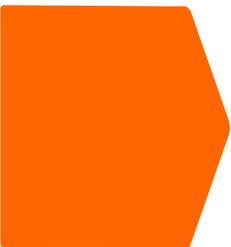
Número da Adesão	Valor da quota-parte do fundo	Cenário de financiamento		Cenário mínimo de solvência	
		Responsabilidades passadas	Nível de cobertura	Responsabilidades passadas	Nível de cobertura
7	25 072 331	23 303 358	108%	23 303 358	108%
18	182 758	190 498	96%	180 761	101%
19	555 340	247 212	225%	110 469	503%
21	56 847	11 266	505%	11 266	505%
40	233 689	236 606	99%	226 326	103%
44	282 940	493 466	57%	402 091	70%
62	90 316	65 054	139%	53 058	170%

O Associado da adesão n.º 44 deverá realizar uma contribuição de 119,151 €, de forma a colmatar o deficit de financiamento no mínimo de solvência.

Lisboa, 22 de maio de 2024

A BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, S.A.

Isabel Castelo Branco Isabel Semedo



Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

(valores em euro)

Demonstração da Posição Financeira	Notas	31-12-2023	31-12-2022
ATIVO			
Investimentos			
Instrumentos de capital e unidades de participação	5	74 349 793	21 155 021
Unidades de Participação		74 349 793	21 155 021
Títulos de dívida pública	5	104 844 928	90 940 303
Outros títulos de dívida	5	9 800 000	57 814 822
Numerário, depósitos em instituições de crédito e aplicações MMI	6	3 075 776	2 744 387
Depósitos à Ordem		3 075 776	2 744 387
Outros Ativos			
Devedores	7	61 366	147
Outras Entidades		61 366	147
Acréscimos e Diferimentos	7	649 338	621 961
Juros a Receber		649 338	621 961
Total Ativo		192 781 200	173 276 641
PASSIVO			
Credores	8	435 915	410 494
Entidade Gestora		369 120	354 447
Estado e outros entes públicos		41 732	33 518
Depositários		10	10
Outras Entidades		25 053	22 519
Total Passivo		435 915	410 494
Valor do Fundo		192 345 285	172 866 147
Valor da Unidade de Participação		20.34066	19.06161

O Contabilista Certificado

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(valores em euro)

Demonstração de Resultados	Notas	31-12-2023	31-12-2022
Contribuições	9	24 082 171	25 312 125
Pensões, capitais e prémios únicos vencidos	10	(15 169 913)	(14 473 761)
Ganhos líquidos dos investimentos	11	9 479 364	(13 789 019)
Rendimentos líquidos dos investimentos	12	2 533 739	1 453 622
Outras Despesas	13	(1 446 223)	(1 375 474)
Resultado Líquido		19 479 138	(2 872 508)

O Contabilista Certificado

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

(valores em euro)

Demonstração de Fluxos de Caixa	Notas	31-12-2023	31-12-2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Contribuições	9		
Contribuições dos associados		14 210 866	12 088 744
Transferências		9 871 305	13 223 380
Pensões, capitais e prémios únicos vencidos	10		
Pensões pagas		(5 224 397)	(4 824 566)
Capitais vencidos (remições/vencimentos)		(4 318 909)	(4 199 894)
Transferências		(5 679 587)	(5 443 333)
Encargos inerentes ao pagamento das pensões e subsídios por morte	10	(24)	(23)
Remunerações	13		
Remunerações de gestão		(1 333 854)	(1 305 503)
Remunerações de depósito e guarda de títulos		(92 877)	(89 834)
Outras despesas	13	(194)	(205)
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais		7 432 328	9 448 767
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos			
Alienação / reembolso dos investimentos		239 415 690	227 533 897
Rendimentos dos investimentos		2 506 362	1 221 913
Pagamentos			
Aquisições de investimentos		(248 997 592)	(238 514 211)
Comissão de transação e mediação		(2 091)	
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento		(7 077 631)	(9 758 402)
Variações de caixa e seus equivalentes		354 697	(309 636)
Efeitos de alterações da taxa de câmbio		(23 309)	-
Caixa no início do período de reporte		2 744 387	3 054 021
Caixa no fim do período de reporte		3 075 776	2 744 387

O Contabilista Certificado



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Identificação do Fundo

O Fundo de Pensões Aberto BPI Segurança ("Fundo") iniciou a sua atividade a 27 de agosto de 1992. Este Fundo permite adesões individuais e adesões coletivas. Relativamente às adesões coletivas, financia 119 planos de pensões de contribuição definida e 7 planos de pensões de benefício definido.

A última alteração ao regulamento de gestão data de abril de 2023, sendo a sua Entidade gestora a BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, S.A. ("Entidade Gestora" ou "BPI Vida e Pensões"). As funções de banco depositário são exercidas pelo Banco BPI, S.A. ("Banco BPI").

2. Alterações ocorridas no plano de pensões

Durante o exercício de 2023 ocorreram as seguintes alterações:

- Associada da adesão nº 23 – Transferência da Adesão;
- Associada da adesão nº 39 – Alteração Plano de Pensões e Novo Modelo de Comissionamento;
- Associada da adesão nº 40 - Novo Modelo de Comissionamento, RJFP/RGDP e branqueamento de capitais;
- Associada da adesão nº 77 – Novo Modelo de Comissionamento;
- Associada da adesão nº 85 – Novo Modelo de Comissionamento;
- Associada da adesão nº 92 - Novo Modelo de Comissionamento, RJFP/RGDP e branqueamento de capitais;
- Associada da adesão nº 118 - Novo Modelo de Comissionamento, RJFP/RGDP e branqueamento de capitais;
- Associada da adesão nº 134 – Novo Modelo de Comissionamento;
- Associada da adesão nº 137 – Novo Modelo de Comissionamento;
- Associada da adesão nº 166 – Novas Associadas e Novo Modelo de Comissionamento;
- Associada da adesão nº 167 – Novo Modelo de Comissionamento;
- Associada da adesão nº 170 - Nova Adesão;

- Associada da adesão nº 171 - Nova Adesão;
- Associada da adesão nº 172 - Nova Adesão;
- Associada da adesão nº 173 - Nova Adesão;
- Associada da adesão nº 174 - Nova Adesão;
- Associada da adesão nº 175 - Nova Adesão;
- Associada da adesão nº 176 - Nova Adesão;
- Associada da adesão nº 177 - Nova Adesão;
- Associada da adesão nº 178 - Nova Adesão;
- Associada da adesão nº 179 - Nova Adesão;
- Associada da adesão nº 180 - Nova Adesão;
- Associada da adesão nº 181 - Nova Adesão;
- Associada da adesão nº 192 – Novo Modelo de Comissionamento.

3. Natureza e impacto de alterações dos ativos, responsabilidades e/ou riscos do Fundo

Durante os exercícios de 2023 e 2022, não ocorreram alterações relevantes de ativos, responsabilidades e/ou riscos do Fundo.

4. Bases de Mensuração e Principais Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos do Fundo, adotando os princípios gerais estabelecidos na IAS 1 e o estabelecido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) na Norma Regulamentar n.º 7/2010-R, de 4 de junho.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

4.1. Especialização de exercícios

Na sua generalidade, os rendimentos e gastos são reconhecidos na demonstração de resultados do exercício em que se vencem, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

4.2. Investimentos mobiliários

As aquisições e alienações de investimentos mobiliários, são registadas na data da transação, pelo valor efetivo de aquisição e alienação, respetivamente.

A avaliação dos ativos mobiliários respeita as disposições previstas na Norma Regulamentar n.º 9/2007 R, de 28 de junho, emitida pela ASF, a qual estabelece os critérios valorimétricos ou de avaliação dos referidos ativos:

- Os ativos que se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados são avaliados tendo por base o respetivo preço de mercado, correspondente (i) à cotação de fecho ou ao preço de referência divulgado pela instituição gestora do mercado financeiro em que se encontrem admitidos à negociação ou (ii) à cotação de fecho do mercado que apresente maior liquidez, caso estejam admitidos em mais do que uma bolsa de valores ou mercado regulamentado. Caso estes ativos não tenham sido transacionados por um período de 30 dias, apresentem reduzida liquidez, ou cujas condições económicas se tenham alterado desde a última transação efetuada, são equiparados a ativos não admitidos à cotação, sendo avaliados como se descreve de seguida;
- Os ativos que não se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados são avaliados pela aplicação da seguinte sequência de prioridades: (i) o valor das ofertas de compra difundidas para o mercado por meios de informação especializados, caso essas ofertas sejam representativas; (ii) metodologias baseadas na informação disponível relativamente a preços de mercado de ativos cujos fluxos financeiros subjacentes sejam similares, que tenham risco de crédito semelhante, sejam oriundos do mesmo setor económico e da mesma zona geográfica e que produzam resultados semelhantes perante mudanças nas condições de mercado; e, (iii) modelos de avaliação universalmente aceites nos mercados financeiros, baseados na análise e metodologia dos fluxos de caixa descontados;
- Os valores representativos de dívida não cotados ou cujas cotações não sejam consideradas representativas do seu presumível valor de realização, são valorizados com base na cotação que, no entender da Sociedade Gestora, melhor reflete o seu presumível valor de realização. Essa cotação foi recolhida em sistemas internacionais de informação de cotações tais como

o Financial Times Interactive Data, o ISMA – International Securities Market Association, a Bloomberg, a Reuters ou outros que sejam considerados credíveis pela Sociedade Gestora. Alternativamente, a cotação pode ser obtida junto de market makers da escolha da Sociedade Gestora.

- Os investimentos mobiliários com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais existe intenção e capacidade de manter até à maturidade, são reconhecidos ao custo amortizado. Estes ativos são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado, sendo o juro calculado através da taxa de juro efetiva. Eventuais perdas por imparidade destes ativos são reconhecidas na demonstração de resultados quando identificadas.

As mais e menos-valias potenciais resultantes da avaliação de aplicações são refletidas na demonstração de resultados, correspondendo à evolução do valor dos títulos durante o exercício ou após a data de aquisição, no caso de títulos adquiridos no ano. O valor de balanço dos títulos que transita para o exercício seguinte corresponde ao custo de aquisição, corrigido pelas mais e menos-valias potenciais, geradas após a sua aquisição.

As mais e menos-valias realizadas resultantes da alienação/reembolso de aplicações são determinadas face ao valor de balanço dos títulos no início do ano ou face ao custo de aquisição, no caso de terem sido adquiridos durante o exercício.

4.3. Operações com contratos de “Futuros”

As posições abertas em contratos de futuros, realizadas em mercados organizados, são refletidas em rubricas extrapatrimoniais. Estas operações são valorizadas diariamente, com base nas cotações de mercado, sendo os lucros e prejuízos realizados ou potenciais reconhecidos como proveito ou custo na rubrica “Ganhos líquidos dos investimentos” da demonstração de resultados.

4.4. Comissões

As diversas comissões suportadas pelo fundo, acordadas no contrato de gestão, são contabilizadas na rubrica “Outras despesas” da demonstração de resultados, no período em que ocorrem, independentemente do momento do seu pagamento. Destacam-se como principais comissões:

- **Comissão de gestão:** corresponde à remuneração da Sociedade Gestora, pela atividade de gestão do património do Fundo.
- **Comissão de depósito:** remuneração do banco depositário pelo exercício das funções de depositário dos investimentos mobiliários e de outros documentos representativos dos ativos que integram a carteira de investimentos do Fundo.

4.5. Pensões, capitais, prémios únicos vencidos e contribuições

O pagamento de pensões, capitais, prémios únicos vencidos, bem como as contribuições para o Fundo efetuadas pelo Associado, são registados como gastos e rendimentos quando pagas e recebidas, respetivamente, concorrendo para a formação do resultado do exercício.

4.6. Operações em moeda estrangeira

As transações em outras divisas que não o Euro, são registadas às taxas em vigor na data da transação. Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As diferenças líquidas originadas pela atualização cambial são refletidas na rubrica "Ganhos líquidos dos investimentos" na demonstração de resultados.

4.7. Impostos

De acordo com as disposições previstas no artigo 16.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais ("EBF"), os fundos de pensões e equiparáveis, constituídos de acordo com a legislação nacional, estão isentos de Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") e de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis ("IMT").

A isenção de IRC não abrange os dividendos de ações portuguesas que não tenham permanecido em carteira por um período superior a 1 ano. Por outro lado, os fundos de pensões são ainda eventualmente sujeitos a tributação no estrangeiro, relativamente aos rendimentos aí obtidos.

5. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2023, a carteira do Fundo é composta por instrumentos de capital e unidades de participação, títulos de dívida pública e outros títulos de dívida, conforme se detalha abaixo, num total de investimentos de 188 994 721 euros o que representa um aumento de cerca de 11% face ao existente no balanço a 31 de dezembro de 2022.

Na tabela abaixo apresentam-se também os juros corridos no valor de 649 338 euros referentes aos títulos de dívida detidos pelo Fundo, especializados na rubrica "Acréscimos e diferimentos".

(valores em euro)

Descrição dos títulos	Custo de Aquisição	Mais/Menos Valias Contabilísticas	Mais/Menos Valias Cambiais	Juro Corrido	Total
Instrumentos de capital e unidades de participação					
BPI ALTERNATIVE LUX (I)	2 879 081	44 105	-	-	2 923 186
ETF-AMUNDI INDEX EURO AGG CORPORAT(XPAR)	25 426 033	1 294 248	-	-	26 720 281
ETF-ISHARES BARCLAYS CAP.EURO CORP.(AMS)	22 491 291	899 110	-	-	23 390 401
IETF - ISHARES CORE S&P 500 (XAMS) - EUR	5 561 510	821 160	-	-	6 382 671
IETF - ISHARES MSCI EUROPE ESG ENHANC	1 064 200	41 350	-	-	1 105 550
IETF - ISHARES EUR ULTRASHORT BOND (XAMS)	1 434 528	16 128	-	-	1 450 656
IETF-IS.CORE MSCI EUROPE ACC - (XAMS)	8 225 604	1 280 337	-	-	9 505 942
IETF-ISHARES EDGE MSCI ERP VALUE (LSE)	485 133	65 742	-	-	550 875
IETF-ISHARES MSCI USA ESG ENHANCED(XETR)	653 149	101 482	-	-	754 631
IETF-ISHARES EDGE MSCI USA VALUE F(XLON)	300 747	32 170	(4 055)	-	328 861
BPI IMOFONTO - FII	1 190 070	11 859	-	-	1 201 930
KANAM GRUNDINVEST FONDS	28 200	(5 127)	-	-	23 073
SEB IMMOINVEST	12 277	(540)	-	-	11 737
Total Instrumentos de Capital e Unidades de Participação	69 751 824	4 602 025	(4 055)	-	74 349 793
Títulos de dívida pública					
BELGIUM KINGDOM-1.9%-22.06.2038	4 309 302	299 272	-	52 081	4 608 574
BELGIUM KINGDOM-3.75%-22.06.2045	4 250 553	215 561	-	79 458	4 466 114
BONOS Y OBLI DEL ESTADO-3.9%-30-07-2039	3 923 664	162 780	-	63 358	4 086 444
BONOS Y OBLIG DEL ESTADO-0%-31.01.2026	9 265 419	300 388	-	-	9 565 807
BONOS Y OBLIG DEL ESTADO-0%-31.01.2028	2 195 748	124 165	-	-	2 319 913
BONOS Y OBLIG DEL ESTADO-0%-31.05.2024	3 388 875	58 555	-	-	3 447 430
BONOS Y OBLIG DEL ESTADO-3.8%-30.04.2024	4 419 494	(50 849)	-	111 160	4 368 645
BUNDESREPUB. DEUTSCHLA-0%-15-08-2031	2 266 721	74 676	-	-	2 341 397
BUONI POLIENNAL DEL TES-1.75%-01.07.2024	4 249 193	54 008	-	38 123	4 303 201
BUONI POLIENNALI DEL TE-1.25%-01-12-2026	7 760 470	297 169	-	8 615	8 057 639
BUONI POLIENNALI DEL TE-2.45%-01.09.2033	2 727 604	149 150	-	25 644	2 876 754
BUONI POLIENNALI DEL TES-1.5%-30.04.2045	5 738 453	316 031	-	24 335	6 054 484
EUROPEAN UNION - 2% - 04.10.2027	2 725 656	57 620	-	13 584	2 783 275
FRANCE (GOVT OF) 1% 25.05.2027	3 772 968	89 679	-	24 195	3 862 647
FRANCE (GOVT OF)-0%-25.11.2029	4 019 328	254 975	-	-	4 274 303
FRANCE (GOVT OF)-0.75%-25.05.2053	2 996 735	127 295	-	25 094	3 124 030
FRANCE (GOVT OF)-2.25%-25.05.2024	3 476 550	3 675	-	47 336	3 480 225
FRENCH DISCOUNT T-BILL-CZ-07.02.2024	4 431 942	51 903	-	-	4 483 845
FRENCH DISCOUNT T-BILL-CZ-14.02.2024	8 532 148	30 184	-	-	8 562 332
GERMAN TREASURY BILL -CZ-15.05.2024	1 842 343	31 893	-	-	1 874 236
IRISH TSY-1.1%- 15.05.2029	3 690 475	190 672	-	28 408	3 881 147
IRISH TSY-1.35%-18.03.2031	6 164 133	340 012	-	73 596	6 504 145
SPAIN LETRAS DEL TESORO-CZ-10-05-2024	5 154 367	76 945	-	-	5 231 312
OTRV JULHO 2025	42 857	(164)	-	930	42 693
REGIAO AUTONOMA ACORES 1.85%- 21-08-2025	236 668	7 668	-	1 696	244 335
Total Títulos de dívida pública	101 581 665	3 263 263	-	617 612	104 844 928
Outros títulos de dívida					
BRISA EM 1(XOFF) - 231211..240227, 4.10%	2 800 000	-	-	6 378	2 800 000
PC EEM EM (XOFF) - 231103..240102, 4.40%	1 600 000	-	-	11 342	1 600 000
PC NOS SGP(XOFF) - 231207..240111, 4.15%	900 000	-	-	2 490	900 000
PC NOS SGP(XOFF) - 231214..240111, 4.15%	1 800 000	-	-	3 528	1 800 000
UNILEVER (XOFF) - 231205..240105, 4.15%	1 800 000	-	-	5 395	1 800 000
UNILEVER (XOFF) - 231206..240108, 4.15%	900 000	-	-	2 594	900 000
Total Outros títulos de dívida	9 800 000	-	-	31 726	9 800 000
Total	181 133 489	7 865 288	(4 055)	649 338	188 994 721

Riscos associados à carteira de investimentos

Exposição e Origem do Risco

- Risco de mercado: é decorrente das oscilações nos preços dos títulos que compõem a carteira de cada fundo.
- Risco de taxa de juro: risco de movimentos adversos (subida) nos vários prazos das taxas de juro, com impacto no preço das obrigações de taxa fixa.
- Risco de crédito: corresponde à possibilidade de um emitente de determinado título não ter capacidade financeira suficiente para fazer face às suas responsabilidades.

- Risco cambial: resulta da detenção de ativos em moeda estrangeira e da variação das taxas de câmbio destas moedas.
- Risco de liquidez: consiste na eventual dificuldade na realização dos ativos que compõem a carteira de investimentos.
- Risco operacional: resulta da falha (ou deficiências) de processos internos, recursos humanos, sistemas, fraude ou outros que possam afetar o normal funcionamento da atividade da Sociedade Gestora.

Políticas e Procedimentos de Gestão de Risco

O Fundo de Pensões Aberto BPI Segurança considera a gestão do risco uma das disciplinas fundamentais no seu modelo de funcionamento. Para isso dispõe de uma equipa dedicada ao controlo do Risco, a qual utiliza diversas ferramentas para medir e quantificar a exposição aos riscos. Privilegia-se a identificação e monitorização dos diferentes fatores de risco e a partilha de informação sobre o risco das carteiras com gestores e órgãos da administração.

No que diz respeito ao Risco de Mercado, utiliza-se o Value-at-Risk ("VaR") para determinar a estimativa de perda máxima esperada para uma carteira, num determinado horizonte temporal, com um determinado nível de confiança. O Fundo de Pensões Aberto BPI Segurança dispõe de uma solução analítica partilhada entre os gestores e a equipa responsável pela monitorização de risco, que implementa uma análise baseada em modelos de fatores.

A exposição ex-ante das carteiras aos principais fatores de risco (e.g. mercado, indústria, país, moeda, taxa de juro, risco de crédito), em termos de volatilidade absoluta ou relativamente a um benchmark, passou assim a ser aferida em cada momento através do software "PORT". Este sistema avalia a contribuição de cada fator para o risco total da carteira de investimentos.

O Risco de Crédito é também capturado pelo modelo de fatores da Bloomberg, que engloba fatores destinados a captar esta dimensão do risco.

Com o objetivo de mitigar o Risco de Liquidez, cada gestor mantém excedentes de liquidez suficientes, para fazer face às responsabilidades financeiras a cargo do Fundo. Os instrumentos de leitura desta dimensão do risco, são ainda reforçados com a elaboração periódica de mapas informativos que permitem acompanhar a evolução da liquidez.

No âmbito do Risco Operacional, é aferido o impacto dos riscos associados a cada atividade, analisando as ocorrências e compreendendo o tipo de falhas e a quantificação dos custos associados.

Por último, e tendo em consideração a monitorização dos limites legais e das políticas de investimento, os alertas de incumprimento são enviados aos gestores sempre que as carteiras de

investimento são encerradas. Estão ainda definidos limites de exposição por Contraparte, relativos às operações por liquidar.

Análise de sensibilidade

Conforme acima referido, uma medida que agrega os principais riscos de mercado e utilizada pelo Fundo de Pensões Aberto BPI Segurança é o Value-at-Risk. Para o cálculo deste indicador, são utilizadas as volatilidades e correlações apuradas historicamente para os diferentes títulos, baseadas nos preços dos últimos 365 dias.

Em 31 de dezembro de 2023, o Value-at-Risk com um nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 mês pode ser detalhado com o contributo das seguintes classes de ativos:

VaR / Carteira (%)	VaR (EUR)	Contributo Ações (%)	Contributo Taxa de Juro (%)	Contributo Moeda (%)
7,63	14 673 269	3,03	4,61	-0,01

6. Numerário, depósitos em instituições de crédito e aplicações MMI

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica referia-se a depósitos à ordem domiciliados no Banco BPI, com o seguinte detalhe:

(valores em euro)

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Depósitos à Ordem - EUR	3 073 824	2 744 387
Depósitos à Ordem - USD	1 951	-
Total	3 075 776	2 744 387

7. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica respeita a valores a regularizar referentes ao Complemento Extraordinário da Segurança Social e nos Acréscimos e Diferimentos estão registados os juros a receber dos títulos de dívida pública e outros títulos de dívida.

(valores em euro)

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Outras Entidades	61 366	147
Devedores	61 366	147
Juros a receber (Nota 5)	649 338	621 961
Acréscimos e Diferimentos	649 338	621 961
Total	710 704	622 107

8. Passivo

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica respeita essencialmente a valores a regularizar de impostos e à Entidade Gestora.

(valores em euro)

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Entidade Gestora	(369 120)	(354 447)
Estado e outros entes públicos	(41 732)	(33 518)
Outras Entidades	(25 063)	(22 529)
Credores	(435 915)	(410 494)
Total	(435 915)	(410 494)

9. Contribuições

Durante o exercício de 2023 as contribuições efetuadas foram superiores ao estimado, conforme se apresenta na tabela abaixo:

(valores em euro)

Contribuições 2023		Diferença
Estimado (1)	Efetivo (2)	(2) - (1)
11 148 031	14 210 866	3 062 835

Durante os exercícios de 2023 e 2022, os Associados efetuaram as seguintes contribuições:

(valores em euro)

Contribuições 2023				Contribuições
Associados	Participantes	Transferências	Total	2022
14 210 866	-	9 871 305	24 082 171	25 312 125

10. Pensões, capitais e prémios únicos vencidos

Durante os exercícios de 2023 e 2022, os benefícios pagos têm a seguinte composição:

(valores em euro)

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Pensões gerais	2 277 763	2 257 567
Pensões de velhice	2 336 080	2 038 021
Pensões de invalidez	158 937	161 361
Pensões de viuvez	160 021	157 966
Pensões Flexíveis - IRS	229 393	212 440
Pensões Flexíveis UP	1 209	419
Pensões	5 163 403	4 827 774
Transferências	5 679 587	5 443 333
Remições	4 094 338	3 999 628
Reembolso Capital IRS	232 560	203 004
Outros	24	23
Outros	10 006 509	9 645 987
Total	15 169 913	14 473 761

11. Ganhos líquidos dos investimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estas rubricas têm a seguinte composição:

(valores em euro)

Ganhos Líquidos	2023					Total	2022
	Instrumentos de capital	Títulos de dívida pública	Outros títulos de dívida	Numerário	Outras aplicações		
Mais Valias	5 216 366	3 956 296	426 248	1 672	-	9 600 582	265 074
Menos Valias	(9 722)	(95 522)	(15 353)	(620)	-	(121 217)	(14 054 094)
Total	5 206 643	3 860 774	410 895	1 053	-	9 479 364	(13 789 019)

Face ao exercício de 2022, verificou-se um aumento significativo nas mais valias e uma diminuição acentuada nas menos valias na valorização dos ativos que compõem a carteira de investimentos.

12. Rendimentos líquidos dos investimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estas rubricas têm a seguinte composição:

(valores em euro)

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Outros títulos de dívida	1 932 658	1 241 982
Instrumentos de capital	445 942	51 625
Títulos de dívida pública	135 286	160 016
Numerário	19 853	0
Total	2 533 739	1 453 622

13. Outras despesas

Nos termos do Contrato de Gestão do Fundo, é da sua responsabilidade efetuar o pagamento das comissões à Sociedade Gestora e ao Banco Depositário.

O detalhe das comissões registadas nos exercícios de 2023 e 2022 é conforme segue:

(valores em euro)

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Comissões de Gestão Financeira	1 265 384	1 184 473
Comissão de Depósito	95 411	89 458
Comissões de Incentivo	514	21 475
Comissões	1 361 309	1 295 406
Outras Despesas	28 583	26 751
Imposto selo s/ comissões	51 643	49 271
Taxa para I.S.P.	4 688	4 047
Impostos e Taxas	84 914	80 068
Total	1 446 223	1 375 474

As comissões suportadas durante o exercício foram calculadas conforme segue:

Tipo comissão	Tipo Plano	Descrição do método de cálculo
Administrativa	Plano CD	A comissão é calculada em função do número de participantes.
Administrativa	Plano BD	A comissão é um valor fixo, atualizado anualmente pelo IPC médio registado no ano anterior.
Financeira	Todos	A comissão é definida em % e aplicada diariamente ao valor do Fundo sob gestão.
Financeira Incentivo	Todos	A comissão é definida em %, em função da rentabilidade obtida pelo fundo face ao benchmark definido, e aplicada ao valor do Fundo sob gestão.
Atuarial	Plano BD	A comissão atuarial é um valor fixo, atualizado anualmente pelo IPC médio registado no ano anterior.
Pagamento Benefícios	Plano CD	A comissão é calculada em função do número de processos tratados.
Pagamento Benefícios	Plano BD	A comissão é calculada em função do número de pensionistas.

A BPI Vida e Pensões cobra uma comissão de gestão financeira trimestral descrita nos contratos de adesão que terá o valor máximo de 0,5% (2% ao ano) sobre o valor líquido global do Fundo, apurado com referência ao último dia de cada trimestre civil. A remuneração do Banco pelo serviço de depositário consiste na aplicação da comissão trimestral de 0,0125% (0,05% ao ano) sobre o valor líquido global do Fundo, apurado com referência ao último dia de cada trimestre civil, deduzido dos valores monetários depositados em contas bancárias, independentemente da instituição de crédito nas quais essa contas bancárias se encontrem abertas.

A rubrica de Outras Despesas é composta maioritariamente pelas cargas de Gestão Administrativa que ascende a 24 845 €.

Os honorários de auditoria da PwC afetos ao exercício de 2023 totalizam o montante de 3 690€, incluindo os serviços distintos de auditoria em 1 230€.

14. Transações que envolvam o fundo de pensões e o associado ou empresas com este relacionadas

Não existem transações que envolvam o fundo de pensões e o associado ou empresas com este relacionadas.

15. Ativos e passivos contingentes

Não existem ativos e passivos contingentes.

16. Garantias por parte da entidade gestora

Não existem garantias por parte da entidade gestora.

17. Eventos Subsequentes

À data de emissão das contas de 2023, não são conhecidos eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2023.



Anexo

Modelo de divulgação periódica para os produtos financeiros referidos no artigo 8.º 1, 2 e 2-A, do Regulamento (UE) 2019/2088 e no artigo 6.º, primeiro parágrafo, do Regulamento (UE) 2020/852

Nome do Produto: Fundo de Pensões Aberto BPI Segurança

Identificador da entidade jurídica: 213800RSH2Z3BZWTSG20

Por «investimento sustentável», entende-se um investimento numa atividade económica que contribui para um objetivo ambiental ou social, desde que esse investimento não prejudique significativamente qualquer objetivo ambiental ou social e que as empresas beneficiárias do investimento sigam práticas de boa governação.

A taxonomia da UE é um sistema de classificação, previsto no Regulamento (UE) 2020/852, que estabelece uma lista de atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental. O referido regulamento não inclui uma lista de atividades económicas socialmente sustentáveis. Os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental podem estar harmonizados ou não com a taxonomia.

Características ambientais e/ou sociais

Este produto financeiro tinha um objetivo de investimento sustentável?

Sim

Realizou investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental: ___%

em atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE

em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE

Realizou investimentos sustentáveis com um objetivo social: ___%

Não

Promoveu características ambientais/sociais (A/S) e, apesar de não ter como objetivo a realização de um investimento sustentável, consagrou uma percentagem mínima de 5% a investimentos sustentáveis

com um objetivo ambiental em atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE

em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE

com um objetivo social

Promoveu características (A/S), mas não realizou qualquer investimento sustentável



Em que medida foram alcançadas as características ambientais e/ou sociais promovidas por este produto financeiro?

Durante o período de referência, a Companhia tomou decisões de investimento para a gestão do Fundo destinadas a promover características ambientais e/ou sociais na aceção do Artigo 8º do Regulamento (UE) 2019/2088 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de novembro de 2019.

O Fundo investiu predominantemente em ativos que promovem as características ambientais e/ou sociais, quer pela sua natureza ou classificação, quer pela avaliação de desempenho ESG favorável que a Companhia tenha feito dos mesmos.

Os indicadores de sustentabilidade medem a forma como são alcançadas as características ambientais ou sociais promovidas pelo produto financeiro.

A avaliação favorável resultou, entre outros fatores, do bom desempenho e/ou da evolução favorável em aspectos ambientais, sociais e de bom governo, com base quer na informação não financeira prestada pelas entidades em que o Fundo investe, ou recolhida pela Companhia, quer em fontes públicas, quer ainda através de diferentes fornecedores especializados nestas matérias. Esta avaliação incorporou não só a exposição das entidades aos riscos de sustentabilidade, como também a gestão que as entidades tenham feito dos mesmos, em termos absolutos e relativos.

● **Qual foi o desempenho dos indicadores de sustentabilidade?**

Os indicadores de promoção utilizados para avaliar o cumprimento das características ambientais e/ou sociais apresentaram o seguinte desempenho:

Indicadores	Percentagem	Cobertura
Total a Ativos que Promovem Características Ambientais ou Sociais	91,74%	100,00%
Obrigações ESG	7,80%	100,00%
Investimento Direto com Desempenho ESG Favorável	57,51%	95,95%
Fundos que Promovem Características Ambientais ou Sociais	14,85%	100,00%
Fundos que têm como Objetivo Investimentos Sustentáveis	-	100,00%
Fundos com Desempenho ESG Favorável	34,23%	98,34%
Incumprimentos Global Compact	-	83,59%
Armas controversas	-	83,59%
Contratos militares / Armas convencionais	-	83,59%
Carvão térmico	-	83,59%
Areias betuminosas	-	83,59%
Controvérsias "muito severas"	-	83,59%

● **... e em relação a períodos anteriores?**

Relativamente ao período de referência anterior, os indicadores de promoção apresentaram o seguinte desempenho:

Indicadores	2023	2022	Var.
Total a Ativos que Promovem Características Ambientais ou Sociais	91,74%	-	N/A
Obrigações ESG	7,80%	-	N/A
Investimento Direto com Desempenho ESG Favorável	57,51%	-	N/A
Fundos que Promovem Características Ambientais ou Sociais	14,85%	-	N/A
Fundos que têm como Objetivo Investimentos Sustentáveis	-	-	-
Fundos com Desempenho ESG Favorável	34,23%	-	N/A
Incumprimentos Global Compact	-	-	-
Armas controversas	-	-	-
Contratos militares / Armas convencionais	-	-	-
Carvão térmico	-	-	-
Areias betuminosas	-	-	-
Controvérsias "muito severas"	-	-	-

- **Quais foram os objetivos dos investimentos sustentáveis que o produto financeiro alcançou em parte e de que forma o investimento sustentável contribuiu para esses objetivos?**

Durante o período de referência, o Fundo não tinha como objetivo a manutenção de qualquer proporção mínima de investimentos sustentáveis.

- **Por que razão é que os investimentos sustentáveis que o produto financeiro realizou em parte não prejudicaram significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável em termos ambientais ou sociais?**

Não aplicável.

- **Como foram tidos em conta os indicadores de impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?**

Não aplicável.

- **Os investimentos sustentáveis foram alinhados com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos? Informações pormenorizadas:**

Não aplicável.

A taxonomia da UE estabelece um princípio de «não prejudicar significativamente», segundo o qual os investimentos alinhados pela taxonomia não devem prejudicar significativamente os objetivos da taxonomia da UE, sendo acompanhada de critérios específicos da União.

O princípio de «não prejudicar significativamente» aplica-se apenas aos investimentos subjacentes ao produto financeiro que tenham em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental. Os investimentos subjacentes à parte remanescente deste produto financeiro não têm em conta os critérios da União aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.

Quaisquer outros investimentos sustentáveis também não devem prejudicar significativamente quaisquer objetivos ambientais ou sociais.



De que modo este produto financeiro teve em conta os principais impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?

Entendemos por impactos negativos aqueles impactos que podem ter efeitos negativos nos fatores de sustentabilidade, de acordo com a Declaração de Diligência Devida publicada no site da Companhia.

O processo de identificação dos principais impactos negativos esteve diretamente relacionado com os processos de tomada de decisões de investimento. Primeiramente, os fatores de sustentabilidade relevantes foram identificados por geografia, indústria, setor ou empresa. Para tal, a BPI Vida e Pensões utilizou diferentes análises de

Por principais impactos negativos devem entender-se os impactos negativos mais significativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade nos domínios das questões ambientais, sociais e laborais, de respeito pelos direitos humanos e da luta contra a corrupção e suborno.

materialidade desenvolvidas por organizações de referência, e conta com o apoio de fornecedores especializados em análises ESG, bem como de fontes públicas de informação. Os indicadores materiais que integram o processo de construção das diferentes carteiras foram identificados através da seleção e alocação dos diferentes ativos de acordo com os procedimentos implementados pela Companhia.

Na sua atividade de gestão, a BPI Vida e Pensões efetuou análises e o acompanhamento dos impactos negativos para a sustentabilidade proveniente dos investimentos realizados nas diversas carteiras, publicando os indicadores dos principais impactos negativos considerados pela Companhia (“PINS”), de acordo com o formato e conteúdo exigidos pela regulação em vigor a cada momento, e aplicando os procedimentos de diligência devida descritos anteriormente.



Quais foram os principais investimentos deste produto financeiro?

Investimentos mais avultados	Setor	% dos ativos	País
ETF-AMUNDI INDEX EURO AGG CORPORAT(XPAR)	Fundos	10,14%	Luxemburgo
ETF-ISHARES BARCLAYS CAP.EURO CORP.(AMS)	Fundos	9,24%	Irlanda
IETF-IS.CORE MSCI EUROPE ACC - (XAMS)	Fundos	5,57%	Irlanda
BONOS Y OBLIG DEL ESTADO-0%-31.01.2026	Div. Governos	3,80%	Espanha
IRISH TSY-1.35%-18.03.2031	Div. Governos	3,31%	Irlanda
BUONI POLIENNALI DEL TES-1.5%-30.04.2045	Div. Governos	2,97%	Itália
BUONI POLIENNALI DEL TE-1.25%-01-12-2026	Div. Governos	2,86%	Itália
BUONI POLIENNAL DEL TES-1.75%-01.07.2024	Div. Governos	2,76%	Itália
IETF - ISHARES CORE S&P 500 (XAMS) - EUR	Fundos	2,46%	Irlanda
SPAIN LETRAS DEL TESORO-CZ-12.05.2023	Div. Governos	2,37%	Espanha

A lista inclui os investimentos que constituem a maior parte dos investimentos assegurados pelo produto financeiro durante o período de referência, a saber: 01/01/2023 - 31/12/2023



Qual foi a proporção dos investimentos relacionados com a sustentabilidade?

A proporção dos investimentos relacionados com a sustentabilidade foi no dia 31/12/2023: **91,74%**

- **Qual foi a alocação dos ativos?**

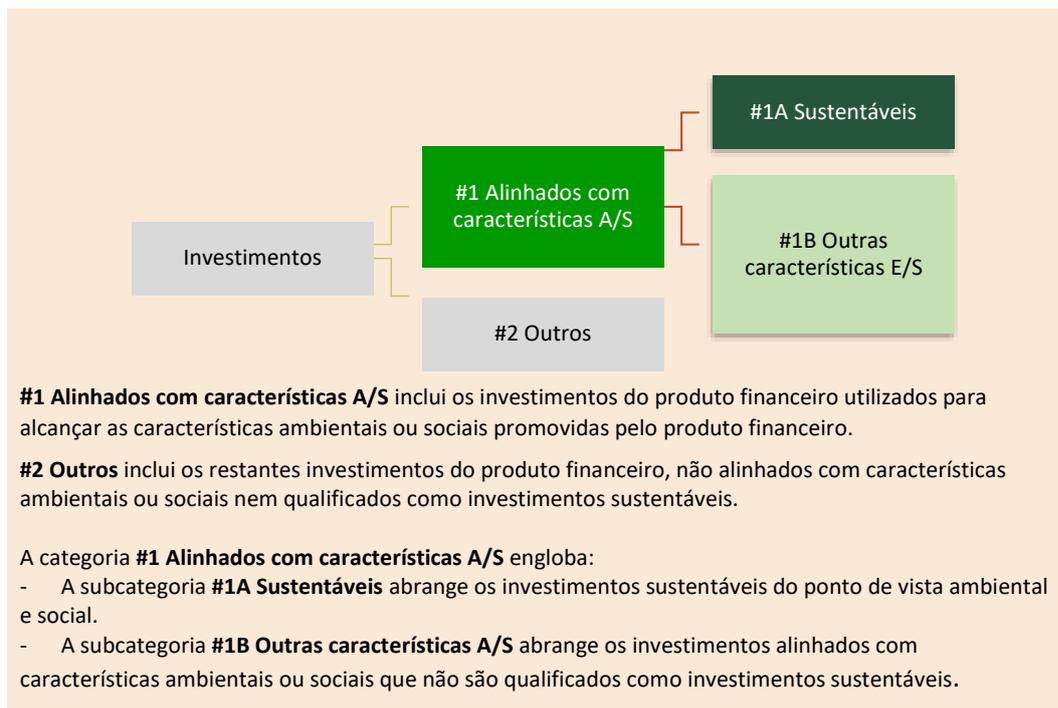
O Fundo investiu predominantemente em ativos que promovem as características ambientais e/ou sociais, com um mínimo de 50%. A alocação dos ativos pode ser encontrada na tabela apresentada na pergunta “Qual foi o desempenho dos indicadores de sustentabilidade?”.

A alocação dos ativos descreve a percentagem dos investimentos em ativos específicos.

Para cumprir a taxonomia da UE, os critérios aplicáveis ao **gás fóssil** incluem limitações das emissões e a transição para energias plenamente renováveis ou combustíveis hipobarbónicos até ao final de 2035. No que respeito à **energia nuclear**, os critérios incluem normas exaustivas em matéria de segurança e de gestão dos resíduos.

As **atividades capacitantes** permitem diretamente a outras atividades contribuir de forma substancial para um objetivo ambiental.

As **atividades de transição** são atividades para as quais ainda não existem alternativas hipocarbónicas e que, entre outros, apresentam níveis de emissões de gases com efeito de estufa que correspondem ao melhor desempenho.



Um mínimo 50% do total dos investimentos realizados pelo Fundo foram investimentos “#1 alinhados com características A/S” e “#1B Outras características E/S” a proporção restante enquadraram-se na categoria “#2 Outros”. Não houve compromisso com investimentos em “#1A Sustentáveis”.

● **Em que setores económicos foram realizados os investimentos?**

Os investimentos foram realizados principalmente em Obrigações de Governos, Fundos e ETFs.



Em que medida foram os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental alinhados com a taxonomia da UE?

No período de referência, este produto teve uma proporção mínima de investimentos sustentáveis de 5% do total de investimentos da carteira. Estes investimentos foram realizados indistintamente em atividades económicas que contribuem para um objetivo ambiental (ajustado ou não à taxonomia da UE) ou objetivo social, sem que tenha havido um compromisso mínimo de investimento inicial em cada uma das categorias.

Qual foi a percentagem de investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental não alinhados com a taxonomia da UE?



Ver resposta anterior.



Qual foi a percentagem de investimentos sustentáveis do ponto de vista social?

Ver resposta anterior.



Que investimentos foram incluídos na categoria «Outros», qual foi a sua finalidade, e foram aplicadas salvaguardas mínimas em matéria ambiental ou social?

Dentro dos investimentos incluídos na categoria «#Outros», estão incluídos derivados, liquidez e investimentos em ações, obrigações e OICs, com o objetivo de manter níveis de investimento de acordo com a política de investimento definida, procurando incluir investimentos que integrem riscos de sustentabilidade para não impactar as características ESG que promoveu o Fundo e estabelecendo salvaguardas mínimas, de acordo com as políticas e procedimentos em matérias de sustentabilidade da Companhia.

Os **índices de referência** são índices utilizados para aferir se o produto financeiro assegura a concretização das características ambientais ou sociais que promove.



Que medidas foram tomadas para alcançar as características ambientais e/ou sociais durante o período de referência?

A Companhia adota na gestão do Fundo, além dos critérios financeiros tradicionais, critérios ESG com o objetivo de promover características ambientais e/ou sociais.

A Companhia analisou as características ambientais e/ou sociais relevantes das empresas que compõem o universo de investimento, utilizando critérios gerais, comuns a todas as empresas e específicos em função do setor, atividade, geografia e tipo de ativo. Esta análise foi integrada no processo de investimento do Fundo, o que permite identificar quais empresas, que, além de serem atrativas com base em critérios financeiros, também apresentaram uma combinação de indicadores de sustentabilidade que as tornem atrativas para investir.

Adicionalmente, foi aplicada uma estratégia que contempla:

- Critérios de exclusão: de acordo com as políticas definidas ou adotadas pela BPI Vida e Pensões, restringiu-se o investimento em determinadas atividades controversas.
- Análise de controvérsias: a Companhia restringiu o investimento em empresas envolvidas em controvérsias que pudessem afetar o campo da sustentabilidade classificadas como muito graves. Controvérsias são eventos extraordinários que podem afetar as empresas. Para a identificação das mesmas foram usados fornecedores externos especializados.



são investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental que **não têm em conta os critérios** aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental no termos do Regulamento (UE) 2020/852.



Qual o desempenho deste produto financeiro comparativamente ao índice de referência?

Não aplicável.

- ***De que forma o índice de referência difere de um índice geral de mercado?***
Não aplicável.

- ***Qual foi o desempenho deste produto financeiro relativamente aos indicadores de sustentabilidade que determinam o alinhamento do índice de referência com as características ambientais ou sociais promovidas?***
Não aplicável.

- ***Qual foi o desempenho deste produto financeiro comparativamente ao índice de referência?***
Não aplicável.

- ***Qual foi o desempenho deste produto financeiro comparativamente ao índice geral de mercado?***
Não aplicável.



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Fundo de Pensões Aberto BPI Segurança (o Fundo), gerido pela BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, S.A. (a Entidade Gestora), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 192.781.200 euros e um valor do Fundo de 192.345.285 euros, incluindo um resultado líquido de 19.479.138 euros), a demonstração de resultados e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Fundo de Pensões Aberto BPI Segurança em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o relato financeiro dos fundos de pensões estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização da Entidade Gestora pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o relato financeiro dos fundos de pensões estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal

Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do Fundo;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria

obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;

e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e

f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 11.º da Norma Regulamentar n.º 7/2010-R, de 4 de junho, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Fundo, não identificámos incorreções materiais.

22 de maio de 2024

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Aurélio Adriano Rangel Amado, ROC n.º 1074
Registado na CMVM com o n.º 20160686